

Simulado do SUS

Decreto nº 7.508/11

Correção: segunda-feira, às 20h.

Dicas de estudo

1. Foco total no Tratado do SUS, estudando e revisando os capítulos, e resolvendo as questões.
2. Marque todas as questões que você errar ou apresentar dúvida, para revisão e aprofundamento.
3. Para melhorar o seu desempenho, sempre estude em um espaço confortável, silencioso, com boa iluminação e sem distrações.
4. Só comece a resolver as questões, depois de silenciar o celular, desligar a televisão e deixar os problemas de lado. Respire fundo, e foque nos seus estudos. Sem concentração não tem memorização!
5. Para manter a concentração, faça pequenas pausas de até 15 minutos a cada 50 minutos estudados. Se funcionar para você, faça pausas de até 5 minutos a cada 25 minutos de estudo.
6. Resolva as questões antes da aula. Isso faz com que o seu cérebro trabalhe e busque os conhecimentos já memorizados, facilitando o processo de aprendizagem. Na sequência, assista às videoaulas, leia os comentários das questões nos livros, elabore os seus resumos e anotações.
7. Anote todas as dúvidas geradas ao longo da resolução das questões para serem sanadas durante a aula de correção, nos livros, no Curso Completo e/ou na Mentoria.
8. Assuma o papel de "professor", pois quando você estuda a matéria com o intuito de transmiti-la, o nível de retenção do conteúdo é muito maior. Explique o assunto para você mesmo/a, grave áudios, vale até mesmo treinar na frente do espelho.

Tratado do SUS – Capítulo 6: Decreto nº 7.508/2011

1
(Prefeitura de Edéia-GO/ITAME/2020) Em relação ao Decreto nº 7.508/2011, assinale a alternativa correta.
a) Regulamenta a Lei nº 8.080/1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde

(SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Interfederativa.

b) Designa os membros da Comissão Organizadora da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

c) Dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios.

d) Dispõe sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

2

(Prefeitura de João Pessoa-PB/AOCP/2018) Segundo disciplina o Decreto Presidencial nº 7.508/2011, considera-se Região de Saúde:

a) a descrição geográfica da distribuição de recursos humanos e de ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada, considerando-se a capacidade instalada existente, os investimentos e o desempenho aferido a partir dos indicadores de saúde do sistema.

b) o espaço geográfico contínuo ou não, constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes ou próximos, delimitado a partir de disposição legal, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução apenas de serviços de urgência e emergência, sob a responsabilidade do Estado membro.

c) a descrição geográfica da distribuição de recursos financeiros ofertados pela União e pelos Estados, considerando-se a capacidade instalada existente, os recursos humanos fornecidos pelos Municípios e o desempenho aferido a partir dos indicadores de saúde do sistema.

d) o espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

3

(CH-UFGA/EBSERH/AOCP/2016) Para efeito do Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011, considera-se “Mapa da Saúde”:

a) as instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS.

b) o espaço geográfico contínuo, constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

c) a descrição geográfica da distribuição de recursos humanos e de ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada, considerando-se a capacidade instalada existente, os investimentos e o desempenho aferido a partir dos indicadores de saúde do sistema.

d) o documento que estabelece critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS.

e) o conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde.

4

(Prefeitura de João Pessoa-PB/AOCP/2018) De acordo com o disposto no Decreto Presidencial nº 7.508/2011, o conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde, é chamado de:

a) Rede de Atenção à Saúde.

b) Sistema Único de Saúde (SUS).

c) Serviços Especiais de Acesso Aberto.

d) Região de Saúde.

5

(Prefeitura de Natal-RN/COMPERVE-UFRN/2018) A Política Nacional de Atenção Básica considera esse nível de atenção como porta de entrada preferencial do sistema, responsável por ordenar fluxos e contrafluxos de pessoas, produtos e

informações em todos os pontos de atenção à saúde. Segundo o Decreto Presidencial nº 7.508/2011, que regulamenta a Lei nº 8.080/1990, os serviços especiais de acesso aberto também são considerados como porta de entrada. Um desses serviços de acesso aberto é:

- a) o Serviço de Atenção às Urgências e Emergências.
- b) o Centro de Testagem e Aconselhamento de DST/Aids.
- c) a Unidade de Saúde da Família.
- d) a Unidade Mista de Saúde.

6

(HU-UFSM/EBSERH/AOCP/2014) De acordo com o Decreto nº 7.508/2011, o que estabelece os critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS, denomina-se:

- a) Protocolo Médico e Diretrizes Básicas.
- b) Protocolo Clínico e Diretrizes Assistenciais.
- c) Protocolo Médico e Diretriz Distributiva.
- d) Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica.
- e) Protocolo Médico e Diretrizes Farmacológicas.

7

(Residência Multiprofissional/INCA/2021) De acordo com o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dar outras providências, “espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde” é a DEFINIÇÃO de:

- a) Mapa da Saúde.
- b) Região de Saúde.

c) Rede de Atenção à Saúde.

d) Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde.

8

(HU-UFS/EBSERH/AOCP/2014) De acordo com a organização do SUS, estabelecida no Decreto nº 7.508/2011, é possível afirmar que:

a) o SUS é constituído pela conjugação das ações e dos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde executados apenas pela União, de forma direta ou indireta, mediante a participação complementar da iniciativa privada, sendo organizado de forma hierarquizada.

b) o SUS é constituído pela conjugação das ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde executados apenas pelos Estados e Distrito Federal, de forma direta ou indireta, mediante a participação complementar da iniciativa privada, sendo organizado de forma regionalizada e não hierarquizada.

c) o SUS é constituído pela conjugação das ações e dos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde executados pelos entes federativos, de forma direta ou indireta, mediante a participação complementar da iniciativa privada, sendo organizado de forma regionalizada e hierarquizada.

d) o SUS é constituído pela conjugação das ações e dos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde executados apenas pelos Municípios, de forma direta ou indireta, mediante a participação complementar da iniciativa privada, sendo organizado de forma não hierarquizada.

e) o SUS é constituído pela conjugação das ações e dos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde executados pelos entes federativos e pela iniciativa privada, de forma direta ou indireta, sendo organizado de forma regionalizada e hierarquizada.

9

(HU-UNIRIO/EBSERH/IBFC/2017) Segundo o decreto presidencial nº 7.508/2011, os entes federativos definirão os seguintes elementos em relação às Regiões de Saúde, EXCETO:

- a) seus limites geográficos.
- b) a população usuária das ações e dos serviços.
- c) o rol de ações e serviços que serão ofertados.
- d) as respectivas responsabilidades, os critérios de acessibilidade e a escala para conformação dos serviços.
- e) as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, de acordo com as características epidemiológicas e da organização de serviços.

10

(HU-PEST-UFSC/EBSERH/IBFC/2016) A universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência é um dos princípios do SUS. O decreto presidencial nº 7.508/2011 expressa que o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e aos serviços de saúde se inicia:

- a) necessariamente pela Atenção Primária, pelas Unidades de Saúde da Família.
- b) necessariamente pela Atenção Primária, pelas Unidades de Saúde da Família ou Unidades Básicas de Saúde.
- c) pela Atenção Primária ou pelas Unidades de Urgência ou Emergência apenas.
- d) pelas Portas de Entrada do Sistema, nelas incluídos os serviços de Atenção psicossocial.
- e) pela Atenção Primária apenas, ou excepcionalmente pelos serviços especiais de acesso aberto.

11

(Prefeitura de Fortaleza-CE/IJF/IMPARH/2020) De acordo com artigo 8º, do Decreto Federal nº 7.508/2011, da Presidência da República Federativa do Brasil, o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e aos serviços de saúde se inicia pelas Portas de Entrada do SUS e se completa na rede regionalizada e hierarquizada, de acordo com a complexidade do serviço.

Marque a alternativa que indica os serviços considerados como Portas de Entrada conforme estabelecido no artigo 9º da referida legislação.

- a) De atenção primária; de atenção de urgência e emergência; de atenção psicossocial; e especiais de acesso aberto.
- b) Somente os de atenção primária e de urgências e emergências.
- c) De atenção de urgência e emergência, de atenção à saúde da mulher; de atenção à saúde do idoso.
- d) Somente os de urgência e emergência.

12

(HU-UNB/EBSERH/IBFC/2013) Segundo o Decreto Presidencial nº 7.508/2011, o conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde, é a definição de:

- a) Rede de Atenção à Saúde.
- b) Região de Saúde.
- c) Universalidade.
- d) Regionalização.

13

(Prefeitura de Vila Velha-ES/IBADE/2020) De acordo com o Decreto nº 7.508/2011, para assegurar ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS, caberá aos entes federativos, EXCETO:

- a) realizar seleção de usuários de maior complexidade para o atendimento referenciado.
- b) garantir a transparência, a integralidade e a equidade no acesso às ações e aos serviços de saúde.
- c) orientar e ordenar os fluxos das ações e dos serviços de saúde.
- d) monitorar o acesso às ações e aos serviços de saúde.
- e) ofertar regionalmente as ações e os serviços de saúde.

14

(Residência Multiprofissional/UFMT/2021) Para assegurar ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e aos serviços de saúde do SUS, de acordo com o Decreto Federal nº 7.508/2011, caberá aos entes federativos,

além de outras atribuições pactuadas pelas Comissões Intergestores:

- a) Orientar os fluxos das ações e dos serviços de saúde conveniados e não conveniados ao SUS.
- b) Garantir a transparência, a integralidade e a equidade no acesso às ações e aos serviços de saúde.
- c) Monitorar o acesso às ações e aos serviços de saúde e demais desdobramentos vinculados a mercadorias e comércios de saúde.
- d) Ofertar de modo centralizado as ações e os serviços de saúde, proporcionando serviços especializados e de alta tecnologia.

(SE-DF/CESPE/2017) À luz do Decreto nº 7.508/2011, julgue o item que segue, relativo a políticas públicas em saúde.

15

A ESF, como modelo de política de atenção à saúde, tem como características essenciais a acessibilidade, a integralidade e a longitudinalidade; todavia, o atributo da coordenação do cuidado fica sob a responsabilidade dos serviços de atenção hospitalar e ambulatoriais especializados.

- () Certo () Errado

16

(TRT-8ª Região/CESPE/2016) Acerca da estrutura organizativa, do planejamento e da assistência à saúde do SUS bem como da articulação interfederativa da política e dos serviços de saúde nacional, assinale a opção correta.

- a) Com a criação do SUS, foram extintas do sistema de saúde a relação nacional de ações e serviços de saúde (RENASES) e a relação nacional de medicamentos essenciais (RENAME).
- b) O contrato organizativo da ação pública em saúde é o instrumento substitutivo das pactuações das comissões intergestoras nacional, estadual e regional.
- c) As formas de acesso da população indígena aos serviços de saúde são iguais às dos demais cidadãos brasileiros de qualquer território.

d) A Região de Saúde corresponde à área circunscrita ao hospital do Município que requer mais atenção da assistência.

e) O planejamento da saúde deve ser ascendente e integrado, do nível local ao federal, e estabelecido depois de consulta aos conselhos de saúde e a partir da compatibilização entre as demandas das políticas de saúde e a disponibilidade de recursos financeiros.

17

(Prefeitura do Recife-PE/AOCP/2020) O capítulo III do Decreto nº 7.508/2011, que trata do planejamento em saúde, afirma que o planejamento da saúde é obrigatório para os entes públicos e será indutor de políticas para a iniciativa privada. Nesse contexto, o texto aborda um instrumento que deve ser utilizado na identificação das necessidades de saúde, orientando o planejamento integrado dos entes federativos e contribuindo para o estabelecimento de metas de saúde. Esse instrumento é o:

- a) planejamento normativo.
- b) plano de estratégia de desenvolvimento em saúde.
- c) mapa de saúde.
- d) genograma.
- e) consórcio de saúde.

18

(Prefeitura do Recife-PE/AOCP/2020) Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta. No que diz respeito ao planejamento em saúde que consta no Decreto nº 7.508/2011, em âmbito Estadual, deve ser realizado de maneira _____, a partir das necessidades dos _____, considerando o estabelecimento de metas de saúde.

- a) centralizada/polos assistenciais.
- b) hierarquizada/gestores.
- c) regionalizada/Municípios.
- d) normatizada/conselhos.
- e) sistematizada/prestadores de serviço.

19

(Anvisa/Cetro/2013) Quanto ao processo de planejamento da saúde, disposto no Capítulo III do Decreto nº 7.508/2011, é correto afirmar que:

- a) os Conselhos de Saúde estabelecerão as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, de acordo com as características epidemiológicas e a organização de serviços nos entes federativos e nas Regiões de Saúde.
- b) no planejamento, devem ser considerados tão somente os serviços e as ações prestados no setor público, os quais deverão compor os Mapas de Saúde regional, estadual e nacional.
- c) o processo de planejamento da saúde será descendente e integrado, ouvidos os respectivos Conselhos de Saúde, compatibilizando-se as necessidades das políticas de saúde com a disponibilidade de recursos financeiros.
- d) o planejamento da saúde é obrigatório para os entes públicos e será indutor de políticas nas três instâncias federativas componentes do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo facultativa a indução na iniciativa privada.
- e) o planejamento da saúde, em âmbito estadual, deve ser realizado de maneira regionalizada, a partir das necessidades dos Municípios, considerando o estabelecimento de metas de saúde.

20

(Prefeitura de Natal-RN/COMPERVE/UFRN/2018) No que se refere ao planejamento em saúde no SUS, analise as afirmativas seguintes.

- I - O planejamento da saúde deve compatibilizar, no âmbito dos planos de saúde, as necessidades das políticas de saúde com a disponibilidade orçamentária dos recursos.
- II - A elaboração dos planos de saúde estadual e municipal deve seguir um modelo normativo de planejamento, contemplando momentos de diálogo entre os atores envolvidos no processo: gestores e profissionais de saúde.
- III - O planejamento da saúde desconsidera os serviços e as ações prestados pela iniciativa

privada, que não compõem o Mapa da Saúde municipal, regional, estadual e nacional.

IV - No processo de planejamento, a participação social deve ser observada, inclusive em âmbito regional, por meio de estímulo à realização de plenárias de Conselhos de Saúde e de fóruns de conselheiros de saúde.

Com relação ao planejamento em saúde no SUS, estão corretas as afirmativas:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.

21

(Prefeitura de Natal-RN/COMPERVE/UFRN/2018) O instrumento de planejamento da saúde que operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde e tem como objetivo anualizar as metas do Plano de Saúde e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados é:

- a) a Programação Anual de Saúde.
- b) o Relatório Anual de Gestão.
- c) o Plano Plurianual.
- d) a Lei Orçamentária Anual.

22

(EBSERH/AOCP/2016) De acordo com o que dispõe o Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011, acerca da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério da Saúde é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
- b) A Comissão Intergestores Tripartite (CIT) é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pelo Ministério da Previdência Social.
- c) A Comissão Intergestores Tripartite (CIT) é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas

em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pelo Ministério da Saúde.

d) O Ministério da Previdência Social é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

e) O Ministério da Saúde é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

23

(Prefeitura de Arapongas-PR/FAFIPA/2020) Segundo dispõe o Decreto nº 7.508/2011 que regulamenta a Lei Orgânica de Saúde nº 8.080/1990, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica pressupõe, cumulativamente:

I - Estar o usuário assistido por ações e serviços de saúde da rede privada ou do SUS.

II - Ter o medicamento sido prescrito por profissional de saúde, no exercício regular de suas funções no SUS.

III - Estar a prescrição em conformidade com a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas ou com a relação específica complementar estadual, distrital ou municipal de medicamentos.

IV - Ter a dispensação ocorrida em unidades indicadas pela direção do SUS.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

24

(Prefeitura de Pedra Lavrada-PB/CONTEMAX/2020) Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei Orgânica da Saúde, é CORRETO afirmar que o Ministério da Saúde consolidará e publicará as atualizações da RENASES a cada:

- a) 2 meses.
- b) 4 meses.
- c) 6 meses.
- d) 2 anos.
- e) 4 anos.

25

(Residência

Multiprofissional/SESAB/2021/Adaptada) De acordo com o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, considerando o que é de competência exclusiva da Comissão Intergestora Tripartite, analise as opções a seguir e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

() Pactuação das diretrizes gerais para a composição da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde.

() Pactuação dos critérios para o planejamento integrado das ações e dos serviços de saúde da Região de Saúde, em razão do compartilhamento da gestão.

() Mediação de eventuais conflitos de responsabilidades assumidas pelos entes federativos perante a população no processo de regionalização, de acordo com o perfil, a organização e a capacidade de prestação das ações e dos serviços de cada ente federativo da Região de Saúde.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V, V, V.
- b) V, F, V.
- c) V, V, F.
- d) F, F, V.
- e) F, V, F.

26

(UPE/2016) A respeito do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), leia as alternativas abaixo e assinale a CORRETA.

a) Será fator determinante para o estabelecimento das metas de saúde no COAP a humanização do atendimento ao usuário.

b) O objeto do COAP é a prestação de contas dos serviços e as ações de saúde desenvolvidas no SUS.

- c) As normas de elaboração e os fluxos do Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde serão pactuados pela CIR.
- d) Ao Governo Federal compete coordenar a implementação do COAP.
- e) A integração dos planos de saúde tem como resultado o COAP, cujo fundamento consiste nas pactuações estabelecidas pela CIB.

27

(HRL-UFS/EBSERH/AOCP/2016) O acordo de colaboração entre os entes federativos para a organização da rede interfederativa de atenção à saúde será firmado por meio de Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde. De acordo com as disposições contidas no Decreto Presidencial nº 7.508/2011, assinale a alternativa correta acerca do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde.

- a) A humanização do atendimento do usuário será fator determinante para o estabelecimento das metas de saúde previstas no Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde.
- b) O Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde resultará da integração dos planos de saúde dos entes federativos na Rede de Atenção à Saúde, tendo como fundamento as pactuações estabelecidas pela Comissão Intergestores Regional (CIR).
- c) O objeto do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde é a organização e a integração das ações e dos serviços de saúde, sob a responsabilidade dos entes federativos em uma Região de Saúde, com a finalidade de garantir a melhor aplicação dos recursos e a redução dos custos.
- d) As normas de elaboração e os fluxos do Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde serão pactuados pela Comissão Intergestores Regional (CIR), cabendo à Secretaria de Saúde Estadual coordenar a sua implementação.
- e) A Comissão Intergestores Bipartite (CIB), por meio de serviço especializado, fará o controle e a fiscalização do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde.

28

(HUAC-UFCG/EBSERH/AOCP/2017) Assinale a alternativa correta acerca da Articulação Interfederativa e o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde, estabelecidos pelo Decreto nº 7.508/2011.

- a) Nas Comissões Intergestores, os gestores públicos de saúde poderão ser representados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e pelo Conselho Estadual de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS).
- b) O objeto do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde é estabelecer a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais.
- c) O Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde não pode definir as responsabilidades individuais e solidárias dos entes federativos com relação às ações e aos serviços de saúde.
- d) As Secretarias Estaduais de Saúde farão a fiscalização do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde.
- e) Aos partícipes do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde não caberá monitorar e avaliar a execução do Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde.

29

(HUGG-UNIRIO/EBSERH/IBFC/2017) O Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde é previsto no Decreto presidencial nº 7.508/2011. Acerca desse contrato, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Conselho Nacional de Saúde é o órgão que fará o controle e a fiscalização do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde.
- b) A humanização do atendimento do usuário será fator determinante para o estabelecimento das metas de saúde previstas no Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde.
- c) O Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde observará diretrizes básicas para fins de garantia da gestão participativa, como o estabelecimento de estratégias que incorporem a avaliação do usuário, das ações e dos serviços, como ferramenta de sua melhoria.

d) As normas de elaboração e os fluxos do Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde serão pactuados pela CIT (Comissão Intergestores Tripartite), cabendo à Secretaria de Saúde Estadual coordenar a sua implementação.

e) Os partícipes incluirão dados sobre o Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde no sistema de informações em saúde organizado pelo Ministério da Saúde e os encaminhará ao respectivo Conselho de Saúde para monitoramento.

30

(Prefeitura de Vale Verde-RS/OBJETIVA/2019)
Em conformidade com o Decreto nº 7.508/2011, são disposições essenciais que o Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde conterà, EXCETO:

- a) Oferta de ações e serviços de vigilância em saúde, promoção, proteção e recuperação da saúde em âmbito regional e inter-regional.
- b) Adequação das ações e dos serviços dos entes federativos em relação às atualizações realizadas nas Secretarias Municipais de Saúde.

c) Critérios de avaliação dos resultados e forma de monitoramento permanente.

d) Recursos financeiros que serão disponibilizados por cada um dos partícipes para sua execução.

31

(Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara-CE/Crescer Consultorias/2019) À luz do art. 37 do Decreto nº 7.508/2011, o Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde observará as seguintes diretrizes básicas para fins de garantia da gestão participativa:

I. publicidade dos direitos e deveres do usuário na saúde em todas as unidades de saúde do SUS, exceto nas unidades privadas que dele participem de forma complementar.

II. apuração permanente das necessidades e dos interesses do usuário.

III. estabelecimento de estratégias que incorporem a avaliação do usuário das ações e dos serviços, como ferramenta de sua melhoria.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) III.
- c) II.
- d) II e III.

A COLEÇÃO MAIS COMPLETA DO BRASIL

